

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE
COORDENADORIA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

PERFIL DO SEU MUNICÍPIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Governadora

Rosalba Ciarlini Rosado

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

Secretário de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN

Francisco Obery Rodrigues Júnior

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

Diretor Geral

Manoel Jamir Fernandes Junior

Diretor Técnico

Sérgio Macêdo

Diretor Administrativo e Financeiro

Gutson Johnson Gionany R. Bezerra

Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos - CES

Coordenadora

Maria Anelise Araujo Maia

Equipe Técnica

Maria Adelaide Gadêlha Grilo de Medeiros

Maria Helena Alves dos Santos

Maria Luzinete da Silva

Maria Sonia do Nascimento Rebouças

Sônia Márcia Freire Magalhães

Diagramação

Jonilson de Souza Figueiredo

Colaboração

Maria do Socorro Costa Avelino

Rafael Cordeiro Araujo

Equipe Técnica da Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos – CES

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, no cumprimento de uma das suas competências, apresenta o documento *Perfil do Seu Município 2013*, uma nova versão do Informativo Municipal, cujo objetivo fundamental é o de disponibilizar informações socioeconômicas, políticas e ambientais que subsidiem a elaboração de políticas públicas e orientem o planejamento de forma sustentável.

Ao contemplar os 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte, o *Perfil do Seu Município 2013*, destina-se a gestores públicos, instituições acadêmicas, organizações civis, pesquisadores e população em geral que desejam obter de forma objetiva e abrangente, informações acerca do seu município que possibilitem a compreensão da dinâmica na qual se inserem.

Composto essencialmente por informações de caráter secundário, o *Perfil do Seu Município 2013* recorre a valiosa colaboração de diversos órgãos, nossas fontes de informações, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Manoel Jamir Fernandes Junior
Diretor Geral

LISTA DE SIGLAS

ANATEL – Agência nacional de Telecomunicações
CAERN – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CES – Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos
COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MEC – Ministério da Educação
PEA – População Economicamente Ativa
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A
PIA – População em Idade Ativa
SECD – Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos
SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças
SESAP – Secretaria de Estado da Saúde Pública
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo
STTU – Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito Urbano
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
URBANA – Companhia de Serviços Urbanos de Natal

LISTA DE CONVENÇÕES

- ... O dado é desconhecido, podendo existir ou não existir.
- O fenômeno não existe.
- 0** O dado existe, mas seu valor é inferior a unidade adotada na tabela.
- X** Dado omitido a fim de evitar a individualização das informações.

SUMÁRIO

1 HISTÓRICO	1
2 IDENTIFICAÇÃO	2
3 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS	2
3.1 LOCALIZAÇÃO, ÁREA, ALTITUDE DA SEDE, DISTÂNCIA EM RELAÇÃO À CAPITAL E LIMITES.....	2
3.2 CLIMA	2
3.3 FORMAÇÃO VEGETAL	3
3.4 SOLOS.....	3
3.5 RELEVO	3
3.6 ASPECTOS GEOLÓGICOS E GEOMORFOLÓGICOS.....	3
3.7 RECURSOS HÍDRICOS.....	4
3.8 SÍTIO NATURAL	5
3.9 ÁREA DE CONSERVAÇÃO	5
3.10 BENS TOMBADOS	5
4 DEMOGRAFIA	6
5 SERVIÇOS BÁSICOS	6
5.1 SAÚDE.....	6
5.2 EDUCAÇÃO.....	6
5.3 HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO	7
5.4 JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	7
5.5 LICENÇAS EMITIDAS.....	7
6 INFRAESTRUTURA	8
6.1 TRANSPORTE.....	8
6.2 ENERGIA ELÉTRICA.....	8
6.3 ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	8
6.4 COMUNICAÇÃO	8
7 ECONOMIA	9
7.1 PRODUÇÃO	9
7.2 AGROPECUÁRIA, PESCA, EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA.....	9
7.3 INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO	9
7.4 COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	9
7.5 FINANÇAS PÚBLICAS.....	10
8 INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS	10
9 ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	11
REFERÊNCIAS	12
ANEXOS	13

1 HISTÓRICO

A história da povoação do Ceará-Mirim está ligada aos índios Potiguares que viviam às margens do rio Pequeno depois chamado rio Ceará Mirim, que de maneira clandestina comercializavam o pau-brasil com os franceses e os espanhóis, recebendo em troca especiarias e, por último com os portugueses, seus colonizadores. O pau-brasil existente em quantidade na região era transportado através de um rudimentar sistema de navegação aproveitando as águas do rio Gramoré.

Os portugueses, juntamente com Antônio Felipe Camarão, o famoso índio Poty, que chefiava a tribo dos Potiguares tomaram a iniciativa no sentido de organizarem um povoamento. Fundaram um convento na aldeia do Guajiru, e numa área de terra concedida aos padres da Companhia de Jesus, construíram uma igreja, um prédio destinado a cadeia e a câmara municipal. Com o trabalho desenvolvido na organização do povoado, os padres conquistaram a estima dos índios de Guajiru.

Os índios estavam satisfeitos com os padres jesuítas, os colonizadores portugueses não, pois queriam as terras férteis do vale e para isso procuraram afastar do caminho a presença incômoda e ética dos jesuítas. Com o afastamento dos jesuítas, os colonizadores portugueses passaram a administrar sem a presença do elemento religioso e sem qualquer tipo de fiscalização. Uma Carta Régia do Marquês de Pombal proibiu sumariamente, sem qualquer motivo nem explicação, a participação de jesuítas na organização administrativa e de ensino do povoado. Com o afastamento dos jesuítas, os índios pressionados pelos colonizadores acabaram negociando suas terras com estranhos. Nessa época, chegaram os negros vindos da África, e com eles começava o trabalho cativo e formação dos engenhos de cana-de-açúcar, que vieram a comandar a economia e a história do vale do Ceará-Mirim. Nascia, assim, uma civilização própria com base nos senhores de engenho, conscientes do domínio econômico que exerciam, e de uma fidalguia poderosa e elegante. Era o final do século XIX, o vale prosperava e crescia com a produção canavieira.

Por algum tempo conservou-se um núcleo de ostentação e luxo. Surgiram os bailes aristocratas, as carruagens forradas com seda e as festas ricas e pomposas. Esses traços que marcaram uma Era caracterizaram, no tempo, a etapa patriarcal e escravocrata do açúcar.

Em 3 de setembro de 1759, o município foi criado oficialmente, através de alvará, e instalado em 3 de maio de 1760, na antiga aldeia de Guajiru, tendo por sede a vila de Extremoz. Em 18 de agosto de 1885, a sede foi transferida para a povoação de Boca da Mata e passou a chamar-se vila do Ceará-Mirim. A transferência para vila de Ceará-mirim foi suspensa através da Lei nº 345, de 4 de setembro de 1856. Após dois anos foi novamente confirmada pela Lei nº 370, de 30 de julho de 1858. Em 9 de junho de 1882, através da Lei nº 837, Ceará-Mirim recebeu foros de cidade.

2 IDENTIFICAÇÃO

Nome do Município: Ceará-Mirim

Lei de Criação: nº 837 Data: 09/06/1882

Desmembrado de: Natal

Microrregião do IBGE: Macaíba

Zona Homogênea do Planejamento: Litoral Oriental

3 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS

3.1 LOCALIZAÇÃO, ÁREA, ALTITUDE DA SEDE, DISTÂNCIA EM RELAÇÃO À CAPITAL E LIMITES

Coordenadas Geográficas: latitude: 5° 38' 04" Sul

longitude: 36° 25' 32" Oeste

Área: 724,4 km²

Altitude da Sede: 33 metros

Distância em Relação à Capital: 28 km

Limites: Norte – Maxaranguape

Sul – São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ielmo Marinho

Leste – Extremoz, Maxaranguape e Oceano Atlântico

Oeste –Taipu

3.2 CLIMA

Tipo: clima tropical chuvoso com verão seco.

Precipitação Pluviométrica Anual (2011): normal: --

observada:--

desvio: --

Período Chuvoso: março a agosto

Temperaturas Médias Anuais: máxima: 30,0 °C

média: 25,3 °C

mínima: 21,0 °C

Umidade Relativa Média Anual: 79%

Horas de Insolação: 2.700

3.3 FORMAÇÃO VEGETAL

Floresta Subcaducifólia – vegetação que se caracteriza pela queda das folhas das árvores durante o período seco.

Manguezal – sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais, mangues e animais típicos, aos quais se associam outras plantas e animais, adaptadas a um solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade.

Campo de Várzea – vegetação que ocorre nas várzeas úmidas e periferia de cursos d'água.

3.5 RELEVO

Menos de 100 metros de altitude.

Tabuleiros Costeiros - relevos planos de baixa altitude, também denominados planaltos rebaixados, formados basicamente por argilas (barro), localizam-se próximo ao litoral, às vezes chegando ao litoral.

Planícies Fluviais - terrenos baixos e planos situados nas margens dos rios. Também denominados de vales.

Planície Costeira - formadas por praias que têm como limites, de um lado, o mar, e, de outro, os Tabuleiros Costeiros, estende-se por todo o litoral. Esses terrenos planos são alterados em suas formas pela presença de dunas.

3.6 ASPECTOS GEOLÓGICOS E GEOMORFOLÓGICOS

O município está inserido, principalmente na área de abrangência do Grupo Barreiras, com idade do Terciário-Superior, onde predominam arenitos finos a médios, ou conglomeráticos, com intercalações de siltitos e argilitos, predominantemente associados a sistemas fluviais, inconsolidados e mal selecionados. As rochas do Grupo Barreiras estão recobertas localmente por extensas coberturas arenosas coluviais e aluviais indiferenciadas, que formam solos altamente permeáveis e lixiviados. Próximo ao litoral e recobrendo toda a seqüência estão as Paleodunas ou Dunas Fixas com idade do Quaternário, formadas por areias bem selecionadas, amareladas, inconsolidadas ou parcialmente consolidadas, de origem marinha, que foram transportadas pela ação dos ventos (eólica), formando cordões, atualmente fixados por vegetação. Acompanhando a faixa litorânea encontram-se Depósitos de Praias também de origem marinha remodelados por ventos, são compostos de areias finas a grossas, com níveis de cascalho, associadas às praias atuais e dunas móveis; arenitos e conglomerados com cimento carbonático, definindo cordões de beach rocks. Enquanto nos vales dos leitos dos principais rios que cruzam a área do município, encontram-se depósitos aluvionares compostos de areias e cascalhos, com intercalações pelíticas, associados aos sistemas fluviais atuais, formando uma planície fluvial, área plana resultante da acumulação fluvial sujeita a inundações. Geomorfologicamente predominam formas tabulares de relevos, de topo plano, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem, separados geralmente por vales de fundo plano.

Recursos Minerais Associados

Depósitos de Praias - plácemes com rutilo, ilmenita, zircão e cianita utilizado em ligas especiais e abrasivos.

Depósitos Aluvionares e Paleodunas - bancos de areias e cascalho, materiais utilizados para construção civil.

Paleocascalheiras e Grupo Barreiras - cascalho, material utilizados para construção civil; seixos e calhaus de calcedônia, utilizada em artesanato mineral e em moinhos de bolas, água mineral, utilizada para o consumo humano.

Formação Jandaíra - calcários cálcicos e magnesianos, utilizados na indústria do cimento, cal, corretivo agrícola e alimentar para animais; rocha ornamental, utilizada como piso e revestimento; britas e pedras

dimensiona, utilizadas para construção civil, gipsita e argilas utilizadas na indústria do cimento e gesso agrícola.

Formação Açú - hidrocarbonetos - Petróleo e Gás (combustíveis fósseis); água mineral, utilizada no consumo humano e água hipotermal adequadas para estâncias hidrominerais.

Minerais e Rochas Industriais

Areia - os principais usos e aplicações do mineral de quartzo e da areia quartzosa industrial, são como fonte de silício, muito usado em indústrias de alta tecnologia (eletrônica, ótica, cerâmica, telecomunicações, informática e outros), nas indústrias de vidro, cerâmica, cimento, fertilizantes e defensivos agrícolas, fundição, siderurgia, abrasivos, refretários ácidos, meios filtrantes, meios de troca térmica, padrão para medidas físicas, em desmonte hidráulico de minérios, dentre outros.

Argila para cerâmica vermelha - também denominada cerâmica estrutural, compreende a parte da cerâmica que engloba todos os produtos que apresentam cor vermelha após a queima a 950°C. Estes produtos são utilizados, em sua maioria, na construção civil, como tijolos, telhas, blocos, lajes, lajotas e outros artefatos.

Diatomita – em virtude de suas principais características físicas e químicas, ela encerra uma extensa e variada aplicação industrial, com principais usos e aplicações como agente: filtrante, isolante, de carga industrial ou de enchimento, de suporte absorvente e abrasivo, dentre outros, abrangendo as indústrias química, isolantes, bebidas, produtos alimentícios, materiais plásticos, farmacêutica perfumaria, borracha, papel e papelão.

Rutílio e Ilmenita - são minerais de titânio que apresentam interesse econômico, encontram-se na forma de óxidos. No campo industrial, o titânio é usado principalmente sob as formas de óxido, cloreto e metal. Na produção de pigmentos de TiO₂ (fabricação de tintas, vernizes e lacas, indústria do papel, borrachas de pneus, esmaltes para porcelanas, fibras de vidros, capacitores de cerâmica, dentre outros). O titânio metálico, é leve, de boa resistência mecânica, resistente à corrosão e a altas temperaturas (menor ou igual a 400 C), é utilizado principalmente nas indústrias aeronáutica e aeroespacial, seguindo-se indústrias química, naval nuclear, bélica e metalúrgica. Na forma de cloretos, é utilizado na indústria petroquímica. A zirconita é um minério de zircônio, e sua maior aplicação é na indústria nuclear (fabricação do Zircalloy), seguindo-se outros usos, como em ligas com ferro, estanho e nióbio, em fundição cerâmica, refratários, abrasivos, dentre outros. Na forma de óxido de zircônio, está sendo bastante utilizado para o desenvolvimento das cerâmicas avançadas, dentre outros.

3.7 RECURSOS HÍDRICOS

Hidrogeologia

Aquífero Barreiras - composto por arenitos finos e grosseiros, conglomerados, arenitos argilosos, caulínicos e ferruginosos níveis de cascalhos, lateritas e argilitas variadas de coloração amarela e avermelhada.

Quanto a hidrogeologia este aquífero apresenta-se confinado, semiconfinado e livre em algumas áreas. Os poços construídos mostram capacidades máximas de vazão, variando entre 5 a 100 m³ / h, com águas de excelente qualidade química, com baixos teores de sódio, podendo ser utilizada praticamente para todos os fins.

Aquífero Aluvião - apresenta-se disperso sendo constituído pelos sedimentos geralmente arenosos depositados nos leitos e terraços dos rios e riachos de maior porte. Estes depósitos caracterizam-se pela alta permeabilidade, boas condições de realimentação e uma profundidade média em torno de 7 metros. A qualidade da água geralmente é boa e pouco explorada.

Hidrologia

O município encontra-se com 35% do seu território inserido na Bacia Hidrográfica do rio Ceará-mirim, 31,99% na Bacia do rio Maxaranguape, 24,78% na Bacia Hidrográfica do rio Doce e 8,22% na Faixa Litorânea Leste de Escoamento Difuso.

Rios Principais: Ceará-mirim, Delfinos, Macaio, dos Índios, Guajiru, São Pedro, Raposo, Matura de Cima, Riachão, do Mudo.

Riachos Principais: Goiabeira, Caratá, Capela.

Lagoas: do Caçote, do Carmo, da Cutia, São José, Junco, Abelha, Caraúbas.

Açudes com Capacidade de Acumulação Superior a 100.000m³: Inexistente

Total de poços perfurados de 1980 a 2012: 111

3.8 SÍTIO NATURAL

Dunas de Jacumã
Jorge

3.9 ÁREA DE CONSERVAÇÃO

Santa Fé, área de 518 ha com reserva legal de 103,6 ha.

Pedregulho, área de 306,4 ha com reserva legal de 61,2 ha.

Minamora, área de 420,7 ha com reserva legal de 84,1 ha.

Retiro, área de 361,9 ha com reserva legal de 72,3 ha.

Riachão, área de 507,1 ha com reserva legal de 101,4 ha.

Santa Águeda, área de 1.034,4 ha com reserva legal de 206,8 ha.

4 DEMOGRAFIA

O presente item apresenta os principais indicadores populacionais, incluindo algumas informações acerca dos registros civis e da renda por chefe de domicílio.

TABELA 4.1 – Perfil populacional - 2010.

População Total	68.141
Homem	33.747
Mulher	34.394
Urbana	35.494
Rural	32.647
Esperança de Vida ao Nascer	71.44
Mortalidade Infantil	22.60
Taxa de Fecundidade	2.45
Índice de Desenvolvimento Humano	0.616
Renda	0.599
Longevidade	0.738
Educação	0.476
Ranking IDH	
Nacional	3771°
Estadual	63°
Taxa de Crescimento ⁽¹⁾	68.141
Taxa de Alfabetização	33.747
Taxa de Urbanização	34.394
Indicadores de Pobreza ⁽²⁾	
% de Indigentes	34,99
% de Pobres	63,01
Densidade Demográfica	94,07
% Chefe de Domicílio ⁽²⁾	
Ganhando até 1 S. M.	9.344
Ganhando mais de 1 até 2 S. M.	6.171
Ganhando mais de 2 S. M.	5.262
Sem Rendimento	19.873

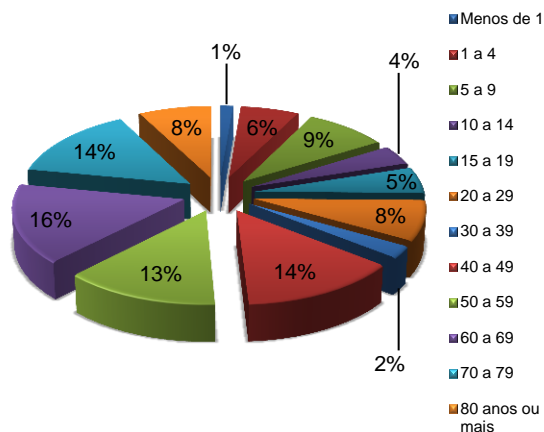
Fonte: IBGE

Nota: ⁽¹⁾ Taxa de crescimento correspondente ao período de 2000/2010. ⁽²⁾ Referente a 2000

TABELA 4.2 – População por sexo e faixa etária - 2010

Faixa	Homem	Mulher
Menos de 1 ano	609	582
1 a 4 anos	2.493	2.370
5 a 9 anos	3.192	3.017
10 a 14 anos	3.639	3.562
15 a 19 anos	3.606	3.502
20 a 29 anos	6.395	6.237
30 a 39 anos	4.914	4.961
40 a 49 anos	3.621	3.894
50 a 59 anos	2.231	2.496
60 a 69 anos	1.688	2.000
70 a 79 anos	840	1.127
80 anos ou mais	519	673

Fonte: IBGE



População por faixa etária-2010

TABELA 4.3 – Registro civil - 2010

Especificação	Registros
Nascidos vivos por lugar de registro	1.308
Nascidos vivos por lugar de residência da mãe	1.393
Óbitos por lugar de registro	239
Casamentos por lugar de registro	251
Separações Judiciais por lugar de ação do processo	-
Divórcios por lugar de ação do processo	89

Fonte: IBGE

TABELA 4.4 – Domicílios particulares e coletivos -2010

Tipo	Total
Total de domicílios particulares	23.028
Ocupados	16.910
Não ocupados fechados	442
Não ocupados de uso	1.858
Não ocupados vagos	3.818
Total de domicílios coletivos	25
Com morador	2
Sem morador	23

Fonte: IBGE

5 SERVIÇOS BÁSICOS

Nesta seção são contemplados aspectos relacionados aos serviços de saúde, educação, habitação, saneamento básico, justiça e segurança pública.

5.1 SAÚDE

TABELA 5.1.1 – Estabelecimentos de saúde pública e número de leitos disponíveis - 2013

Estabelecimentos	Quantidade
Postos de saúde	21
Centros de saúde	1
Unidades mistas	-
Policlínicas / PAM's	-
Hospitais	1
Laboratório	1
Outros	-
Total de estabelecimentos	29
Total de leitos	50

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 5.1.2 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos de saúde por tipo de profissão e local de residência - 2013

Profissão	Local de residência	
	No município	Fora do município
Agente de saúde	150	5
Auxiliar de enfermagem	47	10
Bioquímico	3	7
Dentista	5	23
Enfermeiro	24	10
Fisioterapeuta	2	1
Psiquiatra	-	2
Nutricionista	-	3
Radiologista	-	1
Cardiologista	-	1
Pediatra	1	5
Ginecologista	-	9

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 5.1.3 – Incidência de doenças - 2012

Doenças	Incidência
AIDS	3
Coqueluche	18
Dengue	712
Gestantes HIV+	3
Hepatite virais	15
Meningite	4
Rubéola	6
Sífilis congênita	6
Sífilis em gestante	5
Tuberculose	20
Outros	62

Fonte: SESAP/SUS

TABELA 5.1.4 – Menores de um ano imunizados - 2012

Tipo de vacina	Doses	Cobertura
Pólio	1.069	88,42
Pentavalente	357	29,53
BCG	622	51,45
Hepatite	1.144	94,62
Tríplice viral	1.277	105,62
Rotavírus	1.003	82,96
Meningocócica 10	1.229	101,65
Pneumo 10 valente	1.133	93,71
Outros	56	4,63

Fonte: SESAP/SUS

5.2 EDUCAÇÃO

TABELA 5.2.1 – Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa - 2012

Dependência administrativa	Estabelecimentos
Federal	-
Estadual	9
Municipal	52
Privada	8
Total	69

Fonte: SECD/RN

TABELA 5.2.2 – Instituições de ensino superior por dependência administrativa - 2012

Dependência administrativa	Estabelecimentos
Federal	-
Estadual	-
Privada	-
Total	-

Fonte: MEC

TABELA 5.2.3 – Corpo docente na educação básica por dependência administrativa - 2012

Dependência	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Federal	-	-	-
Estadual	-	105	74
Municipal	187	345	-
Privada	38	107	18
Total	225	557	92

Fonte: SECD/RN

TABELA 5.2.4 – Matrícula Inicial na educação básica por dependência administrativa - 2012

Dependência	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Federal	-	-	-
Estadual	-	2.829	3.347
Municipal	2.964	8.643	-
Privada	525	1.717	204
Total	3.489	13.189	3.551

Fonte: SECD/RN

TABELA 5.2.5 – Matrícula final na educação básica por dependência administrativa - 2012

Dependência	Educação Infância	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Federal	-	-	-
Estadual	-	2.461	2.373
Municipal	2.711	8.026	-
Privada	511	1.677	201
Total	3.222	12.164	2.574

Fonte: SECD/RN

TABELA 5.2.6 – IDEB observados e metas projetadas 2011-2015

Ensino Fundamental	Observados		Metas	
	2011	2011	2013	2015
Anos iniciais	3,6	3,0	3,3	3,6
Anos finais	3,2	2,9	3,4	3,8

Fonte: MEC

TABELA 5.2.7 – Matrícula inicial na educação infantil, no ensino médio e fundamental, segundo a dependência administrativa – 2012

Educação infantil	
Menor 4 anos	496
4 anos	937
5 anos	1.136
6 anos	918
Maior 6 anos	2
Ensino fundamental	
Menor 8 anos	1.853
8 anos	1.194
9 anos	1.253
10 anos	1.322
11 anos	1.480
12 anos	1.498
13 anos	1.528
14 anos	1.346
Maior 14 anos	1.715
Ensino médio	
Menor 15 anos	47
15 anos	327
16 anos	572
17 anos	685
18 anos	571
Maior 18 anos	1.349

Fonte: SECD/RN

TABELA 5.2.8 – Número de salas de aulas existentes por dependência administrativa – 2012

Dependência administrativa	Número de salas de aulas existentes
Federal	-
Estadual	86
Municipal	250
Privada	92
Total	428

Fonte: SECD/RN

5.3 HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

TABELA 5.3.1 – Domicílios particulares permanentes na rede geral de distribuição de água e esgoto – 2010

Serviços Existentes	Domicílios
Abastecimento de água	
Rede geral	13.100
Poço ou nascente na propriedade	936
Poço ou nascente fora da propriedade	2.557
Carro-pipa ou água de chuva em cisterna	168
Outras	488
Esgotamento sanitário	
Rede geral	4.600
Fossa séptica	4.928
Fossa rudimentar	6.944
Vala	281
Rio, lago ou mar	3
Outros	176

Fonte: IBGE

5.4 JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

TABELA 5.4.1 – Pessoal lotado nos serviços de justiça e segurança pública segundo a instituição - 2013

Instituição	Pessoal Lotado
Polícia militar	65
Polícia civil	13
Conselho tutelar	6

Fonte: Prefeitura municipal

5.5 LICENÇAS EMITIDAS

TABELA 5.1 - Licenças e autorizações ambientais concedidas – 2012

Tipo	Quantidade
AE	1
ASVAS	7
LA	1
LI	7
LIO	4
LO	4
LRO	3
LP	11
LS	8
RLO	2
RLS	2
Total	50

Fonte: IDEMA/GEO

6 INFRAESTRUTURA

Neste item são exploradas as informações referentes aos quatro aspectos de infraestrutura básica, quais sejam: transporte, energia elétrica, abastecimento de água e comunicação.

6.1 TRANSPORTE

TABELA 6.1.1 – Registros por tipo de veículo - 2012

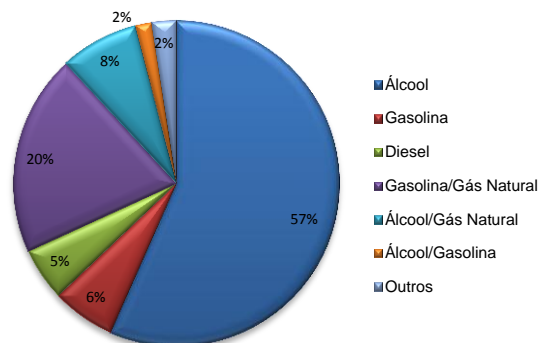
Tipo de veículos	Registros
Automóvel	5.619
Motocicleta	4.301
Camionete	688
Motoneta	310
Camioneta	387
Caminhão	284
Outros	317
Total	11.906

Fonte: DETRAN/RN

TABELA 6.1.2 – Veículos registrados por tipo de combustível - 2012

Tipo de combustível	Veículos registrados
Gasolina	6.743
Diesel	748
Álcool	627
Álcool/gasolina	2.380
Gasolina/GNV	929
Álcool/GNV	197
Outros	282
Total	11.906

Fonte: DETRAN/RN



Tipos de combustível utilizados - 2012

TABELA 6.1.3 – Quantidade de linhas e frotas de ônibus rodoviários - 2012

Especificação	Quantidade
Empresa	Viação Riograndense LTDA
Itinerário	Natal – Ceará-Mirim via (Jacumã)
Empresa	Expresso Cabral LTDA
Itinerário	Natal – Ceará-Mirim (Ribeira)
Empresa	Expresso Oceano LTDA
Itinerário	Natal – Ceará-Mirim via (TRN)
Empresa	Viação Cidade das Dunas LTDA
Itinerário	Natal - Ceará-Mirim via (TRN)
Empresa	Viação Riograndense LTDA
Itinerário	Natal – Ceará-Mirim via (Coqueiros)
Empresa	Viação Riograndense LTDA
Itinerário	Natal – Maxaranguape via (Ceará-Mirim e Coqueiros)
Empresa	Expresso Cabral
Itinerário	Natal - Rio do Fogo via (Ceará-Mirim e Catolé)
Empresa	Expresso Cabral
Itinerário	Natal - São Miguel do Gostoso via (Ceará-Mirim, Pureza e Touros)
Empresa	Expresso Cabral LTDA
Itinerário	Natal – Touros via (Ceará-Mirim)
Empresa	Expresso Cabral LTDA
Itinerário	Natal – Zumbi via (Ceará-Mirim, Caraúbas, Maracajaú e Pititinga)
Empresa opcional	R. Leocadio da Silva Transporte de Passageiros

Itinerário	Ceará Mirim – Natal (Centro) via (Cel.Estevam e Av.Deodoro)
Empresa opcional	R Mendes Rodrigues Transporte de Passageiros
Itinerário	Ceará Mirim - Natal (Centro) via (Cel.Estevam e Av.Deodoro)
Empresa opcional	M.V Rodrigues Transporte de Passgeiros
Itinerário	Ceará Mirim - Natal (Tirol)
Empresa opcional	Francisco Onecino de Carvalho
Itinerário	Ceará Mirim - Natal (Tirol)
Empresa opcional	Manoel Pereira da Silva Transportes ME
Itinerário	Ceará Mirim - Natal via (Gravatá e TRN)
Empresa opcional	M Lemos Sobrinho
Itinerário	Ceará Mirim – Natal via (Gravatá)
Empresa opcional	José Teixeira Borba Filho
Itinerário	Ceará Mirim – Natal via (Jacumã e Pitanguí)
Empresa opcional	M I de Morais ME
Itinerário	Ceará Mirim – Natal via (Matas)
Empresa opcional	F T de farias
Frota de ônibus	Ceará Mirim – Natal via (Muriu)
Frota de ônibus	53
Frota de opcional	27

Fonte: STTU/RN

TABELA 6.1.4 – Terminais de transportes coletivos - 2013

Especificação	Quantidade
Estação rodoviária	1
Estação ferroviária	1
Aeroporto	-
Campo de pouso	1
Porto	-

Fonte: Prefeitura municipal

6.2 ENERGIA ELÉTRICA

TABELA 6.2.1 – Consumo e número de consumidores de energia elétrica por classe - 2012

Classe	Consumidores	Consumo
Residencial	20.597	26.766
Industrial	54	1.419
Comercial	1.028	6.012
Rural	2.927	21.661
Poder público	154	2.360
Iluminação pública	145	2.527
Outros	62	2.558
Total	24.967	63.303

Fonte: COSERN

6.3 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TABELA 6.3.1 – Volume faturado e número de economias ativas por classe de consumidor - 2012

Classe	Economia ativa	Volume faturado (m³)
Residencial
Comercial
Industrial
Pública
Total

Fonte: SAAE-RN

Nota: Dados não fornecidos

6.4 COMUNICAÇÃO

TABELA 6.4.1 – Unidades postais e telegráficas - 2012

Especificação	Unidades
Agência de correios	1
Receita Auferida (R\$ 1,00)	157.108,63

Fonte: ECT

TABELA 6.4.2 – Telefonia - 2012

Especificação	Unidades
Terminais instalados	4.494
Terminais em serviço	3.291
Terminais individuais em serviço	2.968

Fonte: TELEMAR

TABELA 6.4.3 – Emissoras de rádio, sinais de recepção de televisão e jornais em circulação - 2013

Especificação	Quantidade	
Emissoras de rádio	AM	-
	FM	4
Sinal de recepção de TV	5	
Jornal em circulação	1	

Fonte: Prefeitura municipal

7 ECONOMIA

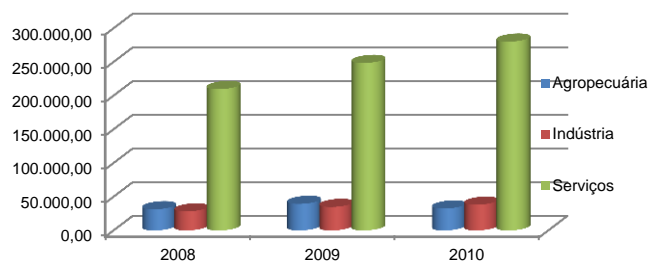
Na presente seção são apresentadas informações que permitem caracterizar a dinâmica econômica do município, tais como: produção total e o perfil dos setores da economia, bem como das finanças públicas.

7.1 PRODUÇÃO

TABELA 7.1 – Produto interno bruto, pib per capita e valor agregado, por atividade – (em R\$1.000,00) – 2008-2010

PIB/PIB PER CAPITA/VA	Ano		
	2008	2009	2010
Produto Interno Bruto	293.321,42	351.103,55	84.173,06
Pib Per “Capita”	4.350,92	5.168,61	5.662,59
V.A Agropecuária	31.378,86	39.431,51	32.499,71
V.A Indústria	28.181,34	34.874,49	38.178,49
V.A Serviços	209.724,02	248.487,71	80.161,03

Fonte: IBGE/IDEMA



Valor Agregado por setor – 2010

7.2 AGROPECUÁRIA, PESCA, EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA

TABELA 7.2.1 – Área Colhida e Quantidade Produzida dos Principais Produtos Agrícolas - 2011

Produto	Área colhida (ha)	Produção (t)
Banana	50	950
Castanha de caju	330	63
Coco-da-baía*	2.210	6.630
Mamão	10	300
Manga	10	100
Abacaxi	7	126
Batata doce	7	84
Cana-de-açúcar	6.800	408
Feijão	230	166
Mandioca	220	2.200
Milho	140	91

Fonte: IBGE

Nota:*em mil frutos

TABELA 7.2.2 – Efetivo de rebanho - 2011

Rebanho	Efetivo
Asininos	98
Bovinos	9.107
Bubalino	100
Caprinos	800
Equinos	700
Muare	160
Ovinos	8.500
Suínos	1.751

Fonte: IBGE

TABELA 7.2.3 – Produtos de origem animal - 2011

Produto	Efetivo
Leite (1.000 l)	1.602
Ovos de galinha (1.000 dz)	3.348
Mel de abelha (t)	12

Fonte: IBGE

TABELA 7.2.4 – Produção de pescado - 2010

Pescado	Produção (toneladas)
Quantidade	212
Valor da produção ¹	1.274.888

Fonte: IDEMA

Nota: Valor da produção em R\$ 1,00

TABELA 7.2.5 – Produção dos principais produtos das espécies florestais nativas - 2011

Produto	Produção
Angico - casca	-
Carnaúba - cera	-
Carnaúba - fibra	-
Carnaúba - pó	-
Castanha de caju	-
Mangaba - fruto	3
Oiticica - semente	-
Umbu - fruto	-

Fonte: IBGE

TABELA 7.2.6 – Produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora das espécies florestais nativas - 2011

Produto	Produção
Lenha (m ³)	1.050
Carvão Vegetal (t)	1
Madeira em Tora (m ³)	-

Fonte: IBGE

TABELA 7.2.7 – Condição do produtor na exploração agropecuária, segundo o grupo e classe de atividade econômica - 2006

Tipo	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	1.181	24.740
Arrendatário	4	85
Parceiro	24	74
Ocupante	65	97

Fonte: IBGE

7.3 INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO

TABELA 7.3.1 – Estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria - 2013

Tipo	Estabelecimento	Pessoal
Micro empresa	-	-
Pequena empresa	-	-
Média empresa	-	-
Grande empresa	-	-

Fonte: Prefeitura municipal

7.4 COMÉRCIO E SERVIÇOS

TABELA 7.4.1 – Estabelecimentos bancários por administração - 2013

Administração	Estabelecimentos
Público	Banco Brasil
	Caixa Econômica Federal
Privado	Bradesco
	Banco Nordeste

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 7.4.2 – Estabelecimentos e pessoal ocupado no comércio - 2013

Tipo	Estabelecimento	Pessoal ocupado
Atacado	-	-
Varejo	-	-

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 7.4.3 – Capacidade e meios de hospedagem -2013

Especificação	Quantidade
Meios de hospedagem	Pousadas
Unidades habitacionais	6
Leitos	155

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 7.4.4 – Informações estruturais da limpeza urbana - 2013

Estrutura	Informação	
Periodicidade	3 dias por semana	
Transporte utilizado	Caminhão Compactador	
Destino final do lixo	Aterro Sanitário	
Tipo de coleta	convencional	Empresa Terceirizada (AJ)
	seletivo	Não
	hospitalar	Sim (Emp.Especializada)

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 7.4.5 – Estabelecimentos de serviços públicos - 2013

Serviço Público	Estabelecimentos
Mercados públicos	3
Feiras livres	2
Supermercados	5
Casa Lotérica	1
Restaurantes	13
Farmácias/Drogarias	18
Cartórios	3
Matadouro	1
Posto da gasolina	14
Mercadinho	79

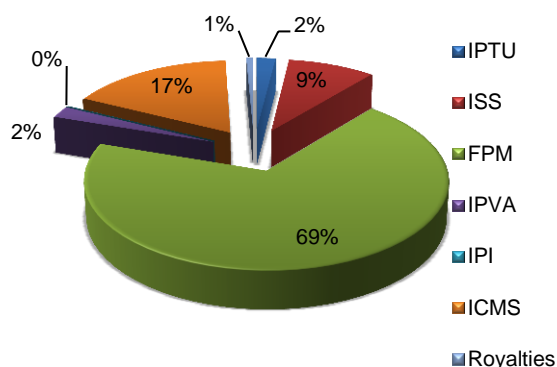
Fonte: Prefeitura municipal

7.5 FINANÇAS PÚBLICAS

TABELA 7.5.1 – Receita arrecadada (em um real) - 2012

Receitas		Arrecadação	
Receitas correntes	Tributárias	IPTU	722.174,73
		ISS	3.285.690,57
		FPM	25.163.888,43
	Transferências	IPVA	810.991,15
		IPI	6.053,72
		ICMS	6.157.414,60
		Royalties	256.626,07
	Outras		55.574.963,85
Total das receitas correntes			91.977.803,12
Total das receitas de capital			7.001.521,12

Fonte: TCE



Composição das receitas correntes - 2012

TABELA 7.5.2 – Despesa realizada - 2012

Despesas	Valor (em um real)
Despesas correntes	79.128.587,68
Despesas de capital	8.867.375,27
Total de despesas	87.995.962,95

Fonte: TCE

8 INFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

Neste item são dispostos aspectos referentes a dinâmica cultural do município, espaços e eventos culturais, bem como seu potencial turístico

TABELA 8.1 – Espaços de cultura e lazer - 2013

Espaços	Quantidade
Asilos e abrigo	1
Bibliotecas	1
Clubes sociais	2
Estádio de futebol	2
Quadra de esporte	7
Campo de futebol	3
Ginásio poliesportivo	1
Associação beneficente	3

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 8.2 – Datas dos principais eventos - 2013

Evento	Data
Festa Padroeira	28/11 à 08/12
Semana do Município	24/07 à 30/07

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 8.3 – Pontos turísticos - 2013

Pontos
Solar Antunes
Mercado Público
Praça Onofre
José Soares
Biblioteca
Igreja Matriz
Rua da Balastrada
Estação Ferroviária
Roteiro dos Engenhos
Praia de Muriu , Jacumã e Porto - Mirim

Fonte: Prefeitura municipal

9 ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

TABELA 9.1 – Composição política - 2013

Função	Especificação
Prefeito	Antonio Marcos de Abreu Peixoto
Veredores	13

Fonte: TRE

TABELA 9.2 – Movimento eleitoral - 2012

Eleitores	Movimento
Aptos	50.034
Votantes	42.815
Abstenção (%)	14,43

Fonte: TRE

TABELA 9.3 – Estrutura administrativa - 2013

Administração
Secretaria do Gabinete do Prefeito
Procuradoria Geral do Município
Controladoria Geral do Município
Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal de Educação Básica
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Defesa Social
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Econômico
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Obras
Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer
Presidência da Fundação Municipal Nilo Pereira

Fonte: Prefeitura municipal

TABELA 9.3 – Legislação - 2013

Especificação	Lei	Data
Lei Orgânica		02.04.1990
Plano Diretor	Comp.006	19.12.2006
Lei de Diretrizes	ORD 1607-A	22.10.2012
Orçamentárias		
Código Tributário Municipal	ORD 1638	26.07.2013
Estatuto dos Servidores	ORD 1196	07.08.1991
Política Municipal de Meio Ambiente	ORD 1402	19.12.2003
Estrutura Administrativa	ORD 1639	34.07.2013
Código de Postura	ORD 985	10.10.1979
Código de Obras	Comp.008	27.12.2007

Fonte: Prefeitura municipal

Nota: PPA e LOA: Estão em tramitação na câmara municipal

REFERÊNCIAS

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN
Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Departamento de Estradas e Rodagens-DER
Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN/RN
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte – EMPARN
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA
Instituto Nacional de Meteorologia – INMET
IPEA – PNUD – Fundação João Pinheiro
Ministério da Educação – MEC
Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS
Prefeituras Municipais
Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio, da Ciência e da Tecnologia – SINTEC
Secretaria de Estado da Saúde Pública – SESAP
Secretaria de Estado do Turismo – SETUR
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH
Sindicato da Indústria da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte – SIESAL
Telecomunicações do Rio Grande do Norte – TELEMAR
Terras Potiguares – M. C. C. de Morais **
Tribunal de Contas do Estado – TCE
Tribunal Regional Eleitoral – TRE

ANEXOS

O Sistema de Licenciamento Ambiental no IDEMA contempla os seguintes instrumentos:

- Tipos de licenças e autorizações (atos administrativos):
 - **Licença Prévia (LP)**: concedida na etapa preliminar do projeto, contém os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas suas fases de localização, instalação e operação, observando-se a viabilidade ambiental do empreendimento nas fases subseqüentes do licenciamento;
 - **Licença de Instalação (LI)**: autoriza o início da implantação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;
 - **Licença de Operação (LO)**: concedida após as verificações necessárias, para facultar o início da atividade requerida e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas licenças prévia e de instalação;
 - **Licença Simplificada (LS)**: concedida para a localização, instalação, implantação e operação de empreendimentos e atividades que, na oportunidade do licenciamento, possam ser enquadrados na categoria de pequeno e médio potencial poluidor e degradador e de micro ou pequeno porte. A critério do interessado, esta licença poderá ser expedida em duas etapas, sendo a primeira para análise da localização do empreendimento (**Licença Simplificada Prévia – LSP**) e a segunda para análise das respectivas instalação, implantação e operação (**Licença Simplificada de Instalação e Operação – LSIO**);
 - **Licença de Regularização de Operação (LRO)**: de caráter corretivo e transitório, destinada a disciplinar, durante o processo de licenciamento ambiental, o funcionamento de empreendimentos e atividades em operação e ainda não licenciados, sem prejuízo da responsabilidade administrativa cabível;
 - **Licença de Alteração (LA)**: para alteração, ampliação ou modificação do empreendimento ou atividade regularmente existente;
 - **Licença de Instalação e Operação (LIO)**: concedida para empreendimentos cuja instalação e operação ocorram simultaneamente;
 - **Autorização Especial (AE)**: concedida para atividades de caráter temporário ou que não impliquem em instalações permanentes;
 - **Autorização para Teste de Operação (ATO)**: poderá ser concedida previamente à concessão da LO, quando necessária para avaliar a eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostas à atividade ou ao empreendimento.
- Especificamente no caso de licenciamento referente à perfuração de poços para a identificação de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural, serão exigidas as seguintes licenças:
 - **Licença Prévia para Perfuração (LPper)**: concedida para a atividade de perfuração de cada poço, mediante a precedente apresentação, pelo empreendedor, do Relatório de Controle Ambiental (RCA) das atividades e a delimitação da área pretendida;
 - **Licença Prévia de Produção para Pesquisa (LPpro)**: concedida para a produção para pesquisa da viabilidade econômica de jazida no mar ou, quando couber, de jazida em terra, devendo o empreendedor apresentar, para obtenção da licença, o Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA);
 - **Licença de Instalação (LI)**: concedida para a instalação das unidades e sistemas necessários à produção petrolífera, após a aprovação dos estudos ambientais, sem prejuízo da análise de outros existentes na área de interesse;
 - **Licença de Operação (LO)**: concedida após a aprovação do Plano de Controle Ambiental (PCA), para o início da produção ou exploração do poço.
- Outro instrumento utilizado, relacionado com as licenças anteriormente citadas, é a **Revisão de Condicionantes (RC)**, que permite alterar condicionantes previamente estabelecidos nas licenças.

Resumo: licenças a serem requeridas (sequência):

Item	Situação	1ª Licença	2ª Licença	3ª Licença	4ª Licença
1	Empreendimento/Atividade de Micro ou Pequeno Porte e Pequeno ou Médio Potencial Poluidor (de acordo com a tabela de enquadramento – Resolução CONEMA)	LS (*)	Renovação da LS	Renovação da LS	Renovação da LS
		LSP (*)	LSIO	LS	Renovação da LS
2	Empreendimento/Atividade não classificado como no item 1 acima e cuja instalação e operação não ocorram simultaneamente	LP	LI	LO	Renovação da LO
3	Empreendimento/Atividade não classificado como no item 1 acima e cuja instalação e operação ocorram simultaneamente	LP	LIO	LO (**)	Renovação da LO
4	Empreendimento/Atividade em operação e ainda não licenciado	LRO	LO ou LS, conforme o caso	Renovação da LO ou LS	Renovação da LO ou LS
5	Atividades de caráter temporário ou que não impliquem instalações permanentes	AE			

- (*) A critério do interessado, poderá se requerida inicialmente a LS ou LSP. No caso de Assentamentos assim enquadrados, necessariamente será requerida a LSP e depois a LSIO.
- (**) Apenas quando a LIO for concedida com prazo de validade.

Notas:

- **Licença de Alteração (LA):** será concedida para alteração, ampliação ou modificação de empreendimentos ou atividades regularmente existentes.
- **São suscetíveis de Licença de Alteração**, as seguintes licenças, desde que válidas:
 - Licença de Operação (LO);
 - Licença de Instalação e Operação (LIO), concluída a fase de instalação ou quando o empreendimento já estiver em operação;
 - Licença Simplificada (LS), concluída a fase de instalação ou quando o empreendimento já estiver em operação;
 - Licença Simplificada de Instalação e Operação (LSIO), concluída a fase de instalação ou quando o empreendimento já estiver em operação;
 - Licença de Regularização de Operação (LRO);
- A **atividade de perfuração de poços de petróleo/gás natural** tem licenças específicas, conforme apresentado anteriormente, iniciando pela LPper até a LO e sua posterior renovação;

- **Exemplos de empreendimentos/atividades passíveis de LIO:**

- Loteamentos residenciais ou comerciais;
- Desmembramentos;
- Condomínios residenciais, comerciais ou mistos;
- Empreendimentos turísticos de múltiplos usos,
- Equipamentos de infraestrutura ao turismo;
- Sistemas de drenagem;
- Assentamentos rurais;
- Estradas, Rodovias e Acessos;
- Linhas de Surgência;
- Dragagem/Desassoreamento;
- Obras de Contenção de Erosão;
- Outros.

- **Exemplos de atividades passíveis de AE:**

- Passagem pelo Estado de Transporte de cargas perigosas e resíduos;
- Terraplenagem e aterramento que não se constituam em etapa de implantação de empreendimento sujeito à licença;
- Dragagens, drenagens e desassoreamentos de caráter emergencial que não requeiram obras de engenharia;
- Usina de asfalto móvel;
- Retirada de areia sem fins comerciais (para fins de desobstrução);
- Shows e outros eventos públicos de caráter cultural ou artístico;
- Demolição de empreendimentos;
- Outros.

